RICRI
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Governos subnacionais e a questão climática: Uma análise da atuação municipal na agenda do clima a partir do estudo de caso da Secretaria do Clima de Niteroi (SECLIMA)

Sarah Gabriela Israel de Souza [*], Anna Luisa Soares de Albuquerque, Lissandra Girão Magalhães

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
[*]Autor correspondente. E-mail: sarahgabrielaisrael@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca fazer uma síntese das relações da paradiplomacia, a internacionalização de cidades e estados, com a agenda climática. A partir disso, primeiro, busca-se fazer uma breve conceituação do termo "cooperação descentralizada" e sua presença na agenda climática dos governos locais brasileiros. Em segundo lugar, são apresentadas as atuações do International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) e do Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática na promoção de debates que interligam a paradiplomacia e as questões climáticas. Em seguida, busca-se realizar um estudo de caso da criação e atuação da Secretaria do Clima de Niterói (Seclima), sendo a primeira secretaria municipal do Clima no Brasil. Nesta seção, foi utilizado o conceito da Governança Multinível (GMN), a fim de compreender melhor a importância dos entes subnacionais no combate aos problemas globais a nível local. Para a metodologia, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados das redes supramencionadas, bem como de agências especializadas em questões climáticas e ambientais das Nações Unidas. Ademais, também realizou-se uma entrevista com Luiz Fernando Guida, secretário da Seclima, com o objetivo de compreender a origem do órgão, bem como seus principais projetos e estratégias no combate aos efeitos da mudança climática. Por meio da análise da atuação da secretaria, conclui-se que para a resolução dos efeitos da questão climática é necessário a atuação dos governos subnacionais, e os impactos positivos na cidade de Niterói evidenciam os ganhos advindos da cooperação descentralizada.

Palavras-chaves: Internacionalização descentralizada, paradiplomacia, agenda climática, Niterói, Seclima.

1. Introdução

Entre as décadas de 1970 e 1980, Keohane e Nye Jr (1973), teóricos da teoria Institucionalista Neoliberal das Relações Internacionais, desenvolveram o conceito de Interdependência Complexa, que argumenta que o fenômeno da globalização tornou

as fronteiras nacionais cada vez mais permeáveis e flexíveis. Nesse sentido, pode-se argumentar que os governos subnacionais (estados, províncias, municípios, cantões etc) também foram afetados por esse fenômeno e, assim sendo, também tiveram suas fronteiras penetradas por atores transnacionais e Estados estrangeiros. Tal como definido por Duchacek (1990), as fronteiras nacionais do Estado pós-Globalização podem ser definidas como "*percolated sovereign boundaries*", ou seja, as fronteiras que antes eram rígidas e intransponíveis, passam a ser constantemente "perfuradas" por atores externos. Ademais, as relações internacionais e a diplomacia, antes matéria exclusiva do governo central, também passam a compor a agenda dos entes subnacionais, ainda que os assuntos de*hard politics* continuem sendo monopólio do governo central, grande parte das temáticas tratadas como *soft politics* - saúde e educação, por exemplo - tornaram-se também parte da agenda externa dos entes subnacionais. É nesse contexto que surge o termo paradiplomacia, para denominar a atuação internacional dos entes subnacionais. Duchacek (1990) teria sido o primeiro a utilizar o conceito de "microdiplomacia" para definir a atuação diplomática dos entes subnacionais, seguido posteriormente por Panayotis Soldatos (1990), que adota o termo paradiplomacia (Ribeiro 2009).

No que diz respeito aos determinantes da Paradiplomacia, Aldecoa e Keating (2013) destaca três motivações que levam os entes subnacionais a buscarem a atuação no nível internacional: política, econômica e cultural. Uma quarta motivação, proposta por John Kincaid (2010), diz respeito ao fenômeno do *cross-border housekeeping* (governança transfronteiriça) que traduz a necessidade dos governos regionais de encontrarem soluções melhores para questões rotineiras, mas vitais, como o meio ambiente, logística de transporte, gerenciamento de emergência, educação, migração, etc (Kuznetsov 2014). Portanto, a integração regional – o fator geográfico – (Salomón e Nunes 2007) também pode ser apresentada como uma das motivações para a paradiplomacia, principalmente em casos de cooperação transfronteiriça.

Com relação ao papel dos entes subnacionais na resposta às mudanças climáticas, entende-se que as cidades e governos subnacionais têm se tornado cada vez mais importantes nesse cenário. De acordo com Bulkeley (2011), esses atores têm se destacado na elaboração de políticas para lidar com a questão climática, pois são capazes de agir de maneira mais rápida e flexível do que os governos nacionais ou internacionais, têm o conhecimento das causas e consequências das mudanças climáticas e a percepção de que as mudanças climáticas representam uma ameaça imediata e tangível para as comunidades locais. Esses fatores, somados à crescente conscientização pública com relação às mudanças climáticas, impulsionaram as cidades e governos regionais para dar resposta às mudanças climáticas Bulkeley (2011). Assim, têm sido desenvolvidas redes transnacionais entre governos municipais para lidar com as mudanças climáticas, que serão tratadas ao longo deste trabalho.

Nesse contexto, o presente artigo busca fazer uma síntese das relações da paradiplomacia, a internacionalização de cidades e estados, com a agenda climática. Em primeiro lugar, será introduzido o debate sobre a presença da questão climática nas agendas dos governos locais e regionais a partir do século XXI. Em segundo lugar, será apresentado alguns casos práticos de cooperação internacional descentralizada em torno da questão climática, tal como o *International Council for Local Environmental Initiatives*(ICLEI) e a *C40 Cities Climate Leadership Group*, que atuam na promoção

de debates que interligam a paradiplomacia e o clima. Em seguida, busca-se realizar um estudo de caso da criação e atuação da Secretaria do Clima de Niterói (Seclima), a primeira secretaria municipal do Clima no Brasil, que conta com apoio direto do ICLEI. Para a metodologia, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados das redes supramencionadas, bem como de agências especializadas em questões climáticas e ambientais das Nações Unidas. Ademais, também realizou-se uma entrevista com Luiz Fernando Guida, secretário da Seclima, com o objetivo de compreender a origem do órgão, bem como seus principais projetos e estratégias no combate aos efeitos da mudança climática.

Nesse ínterim, uma vez compreendida a origem do termo Paradiplomacia e seus determinantes, é importante destacar o papel da questão climática nas agendas dos governos subnacionais a partir do século XXI. Assim, o objetivo principal deste trabalho é compreender qual é e como se dá a atuação dos entes subnacionais na governança climática, a partir da análise da atuação das redes internacionais de cidades que atuam no combate às mudanças climáticas e do estudo de caso da SeClima, a primeira secretaria municipal do clima do país.

2. A atuação internacional dos entes subnacionais para a questão climática

Em 2010, ocorreu mais uma edição da Conferência das Partes (COP), encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nomeada como Convenção do Clima 2010 (COP-16). Um dos principais resultados da COP 16, foi o estabelecimento de um Fundo Verde para o Clima, que teria como objetivo ampliar a prestação de financiamento de longo prazo aos países em desenvolvimento, e o Quadro de Adaptação de Cancún, que propôs o reforço das ações em matéria de adaptação, nomeadamente através da cooperação internacional e da consideração coerente de questões relacionadas com a adaptação no âmbito da COP 16 (UNFCCC 2023). Assim sendo, essa ação reforçada em matéria de adaptação procurou reduzir a vulnerabilidade e criar resiliência nos países partes em desenvolvimento, tendo em vista as necessidades urgentes e imediatas desses países que são particularmente vulneráveis (UNFCCC 2023). Foi também na COP 16 que os governos locais foram reconhecidos oficialmente como *stakeholders* governamentais (Zeppel 2013), o que representou um passo importante para a atuação dos entes subnacionais na questão climática. No que diz respeito à relação entre governos locais e as políticas de mudanças climáticas, pode-se sumarizar que:

> Os governos locais têm estado ativamente envolvidos em políticas relativas às alterações climáticas desde o início da década de 1990. Muitas autoridades de governos locais, especialmente cidades, são membros de redes municipais nacionais e transnacionais que abordam as alterações climáticas [...]. **Estas redes climáticas de governos locais concentram-se em informar os membros sobre métodos e melhores práticas, aprender sobre questões de alterações climáticas e representar os municípios a nível nacional, continental e internacional e em fóruns climáticos** (Zeppel 2013, 1, tradução e grifo nosso).

Portanto, percebe-se o papel de protagonismo das cidades em relação a outras classes de governos subnacionais, como os estados, por exemplo. Nesse ínterim, as cidades conseguem muitas vezes agir mais rapidamente do que os países e regiões, dado que "os governos municipais tendem a ser menos sobrecarregados pela burocracia e pela política partidária do que os governos nacionais ou regionais" (C40 Cities 2023).

Ademais, é importante destacar que os governos locais são importantes *stakeholders* na questão climática, em especial na formulação de políticas de combate às mudanças climáticas, uma vez que são eles os responsáveis pelo controle e gestão de áreas vitais que afetam a quantidade de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), tais como planeamento do uso do solo, códigos e normas de construção, transportes, infra-estruturas energéticas, serviços de resíduos e serviços de água ou águas residuais (Zeppel 2013, 2). Cabe salientar, que de acordo com as Nações Unidas, as áreas urbanas já abrigam 55% da população mundial, e esse número deve crescer para 68% até 2050 (ONU 2022). Juntas, as cidades são responsáveis pela maior parte da atividade econômica mundial e pela maioria – cerca de 75% – das emissões globais de CO2, principalmente provenientes dos transportes e dos edifícios (C40 Cities 2023). Outrossim, as emissões em conjunto de GEE das 40 maiores cidades do globo (C40) excedem as emissões anuais individuais de 167 países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) (Arikan et al. 2011 *apud* Zeppel 2013, 2). Assim sendo, os governos locais são atores fundamentais para o combate às mudanças climáticas no século XXI, visto que são nas cidades que as decisões que afetam diretamente as emissões de GEE são tomadas (ICLEI 2021).

Também no que diz respeito à Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, observa-se o protagonismo dado ao papel dos governos subnacionais, o que ressalta a relevância desses entes na agenda global de combate às mudanças climáticas. Ao adotar a Agenda 2030, os Estados-membros das Nações Unidas firmaram um compromisso de trabalhar em estreita colaboração com os governos locais e regionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU 2015). Nesse viés, com a Agenda 2030, as metrópoles, as pequenas cidades, as regiões e as suas associações têm trabalhado ativamente na territorialização dos ODS (PNUD 2023), uma vez que o contexto local pode "potencializar a implementação da Agenda 2030 de maneira concreta e eficiente para cidadãs e cidadãos, levando os ODS para a realidade cotidiana das pessoas" (PNUD 2021).

O papel das cidades foi tão relevante para o planejamento da Agenda 2030 que um objetivo específico foi pensado para abordar a questão urbana: o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que pretende, até 2030, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Em relação ao contexto brasileiro, a meta 11.b traduz o compromisso das cidades com as políticas de combate à mudança climática: até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI (IPEA 2023). Os governos locais e regionais desempenham, em suma, um papel crucial na consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável. A seguir, serão abordados exemplos práticos de como as cidades atuam em rede para tratar, em conjunto, da questão climática à nível global.

2.1 ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidadeo

O ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade é uma rede global de mais de 2.500 governos locais e regionais comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável (ICLEI 2023). Fundada em 1990, a rede está ativa atualmente em mais de 130 países.

Na América do Sul há um total de 110 associados dentre cidades e governos estaduais na região. O ICLEI desempenha um papel fundamental na capacitação dos governos locais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. A rede também atua como um fórum para a colaboração e ação conjunta entre cidades, municípios e regiões, desempenhando um papel crucial na implementação das metas climáticas globais, como as estabelecidas no Acordo de Paris (ICLEI 2023). Ao fornecer orientação técnica, compartilhar melhores práticas e promover a cooperação, o ICLEI contribui significativamente para a mitigação das mudanças climáticas e a promoção de cidades mais sustentáveis em todo o mundo (ICLEI 2023).

Assim, por meio de trocas de conhecimento e redes colaborativas, o ICLEI pode promover a capacitação de governos locais e regionais. Em nível nacional e global, luta por políticas que atendam aos interesses dessas entidades e integram políticas globais em estratégias de desenvolvimento urbano sustentável subnacional. Estabelece parcerias estratégicas com organizações internacionais, governos nacionais, instituições acadêmicas, setor privado e sociedade civil. Além de facilitar a inovação para apoiar o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas de grande escala (ICLEI 2023).

Uma das principais iniciativas do ICLEI, em relação ao combate das emissões de GEE, foi o lançamento da campanha *Cities for Climate Protection* (CCP), durante a Cúpula de Líderes Municipais sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente Urbano, realizada nas Nações Unidas em janeiro de 1993 e co-patrocinada pelo ICLEI e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Zeppel 2013). Assim sendo, no que tange o papel exercido pela organização pode-se constatar que o ICLEI tem representado os governos locais nas cimeiras climáticas globais desde 1995 e, em 2009, tornou-se a primeira organização observadora, composta por governos locais, no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (Zeppel 2013). Em síntese, pode-se concluir que o ICLEI liderou o envolvimento dos governos locais na tomada de medidas diretas sobre as alterações climáticas e na redução das emissões de GEE (Zeppel 2013).

2.2 C40 Cities Climate Leadership Group

O *C40 Cities* é uma rede global que conta com quase 100 prefeitos das principais cidades do mundo, que estão unidos e comprometidos com ações para enfrentar a crise climática, através de mudanças climáticas e da promoção da sustentabilidade urbana (C40 Cities 2023). Dessa maneira, a rede opera como uma organização não governamental (ONG), uma plataforma de cooperação, compartilhamento de conhecimento e ação conjunta no combate às mudanças climáticas no nível urbano (C40 Cities 2023).

Os presidentes das cidades C40 estão empenhados em utilizar uma abordagem inclusiva, baseada na ciência e colaborativa para reduzir para metade a sua cota de emissões até 2030, e ajudar o mundo a limitar o aquecimento global a 1,5 °C. As principais atividades e ações do *C40 Cities* incluem: i) coleta e compartilhamento de dados sobre as emissões de gases de efeito estufa, a qualidade do ar, a resiliência urbana e outras métricas relacionadas ao meio ambiente e ao clima em cidades-membro. Esses dados são fundamentais para entender os desafios enfrentados pelas cidades e para monitorar o progresso na redução das emissões; ii) estabelecimento de metas e

compromissos, por meio do trabalho com líderes municipais para estabelecer metas de redução de emissões e sustentabilidade urbana. Isso inclui o compromisso de alcançar metas alinhadas com o Acordo de Paris e o desenvolvimento de estratégias de adaptação às mudanças climáticas; iii) compartilhamento de melhores práticas pela promoção da troca de conhecimento e experiências entre cidades-membro. Isso envolve a identificação e disseminação de melhores práticas em áreas como transporte público sustentável, eficiência energética, gestão de resíduos e outras políticas urbanas relacionadas ao clima; iv) apoio à inovação e financiamento para projetos climáticos em cidades, muitas vezes facilitando parcerias com o setor privado e instituições financeiras. Isso permite às cidades utilizarem tecnologias e práticas mais sustentáveis; v) atua como um defensor das políticas climáticas urbanas em fóruns globais, colaborando com governos nacionais e organismos internacionais para garantir que as necessidades e preocupações das cidades sejam consideradas nas negociações climáticas globais (C40 Cities 2023).

Dessa maneira, a organização desempenha um papel de grande importância ao facilitar a cooperação e a ação coordenada entre as cidades em uma era em que a maioria da população mundial vive em áreas urbanas e, portanto, tem um impacto significativo nas emissões de gases de efeito estufa, sendo reconhecido como uma importante iniciativa que aborda as complexas interações entre a urbanização e as mudanças climáticas. Como resultado, o *C40 Cities* é considerado uma plataforma fundamental na implementação das políticas climáticas e na promoção da resiliência em nível local, contribuindo para os esforços globais para enfrentar as mudanças climáticas.

3. Estudo de caso da Secretaria do Clima de Niteroi (SeClima)

Os atores não estatais ganharam reconhecimento crescente na política climática global nos últimos anos (Fuhr e Hickmann 2017; Pattberg e Widerberg 2016). Sob esse entendimento, a ação de governos subnacionais ganha maior relevância, principalmente em um contexto no qual o ente federal se mostra faltoso. Diante de um cenário no qual a urbanização e a interiorização de problemas globais impulsionaram a agenda paradiplomática, o surgimento de secretarias climáticas nas cidades revela como é eficaz e estratégico tratar a agenda climática à nível municipal. Neste tópico, será feita a análise da criação da primeira secretaria municipal no Brasil voltada especificamente para as questões climáticas, bem como seus projetos e impactos à nível nacional e internacional.

3.1 A criação da secretaria

Criada em 2021, a Secretaria Municipal do Clima de Niterói (Seclima) surgiu da vontade política do atual prefeito da cidade, Axel Grael, engenheiro florestal e ambientalista, ao entrar em contato com Luciano Paez, geógrafo de carreira que logo viria a se tornar o secretário municipal do clima. O órgão participa de diversos fóruns internacionais, tendo sido inclusive reconhecido na COP 26 pelo secretário geral da ONU, António Guterres, como relevante ator internacional na proteção ambiental (Prefeitura de Niterói 2021). Na ocasião, Axel reiterou o papel da cooperação descentralizada em uma reunião com a presença dos prefeitos de Londres, Austin, Istambul,

Turku, além de Maimunah Sharif, então Diretora Executiva da ONU Habitat, afirmando o protagonismo municipal na questão ambiental. Atual vice-presidente de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Frente Nacional de Prefeitos, o político é um claro exemplo de funcionário internacional do setor público. Assim, em contraste à tradição estadocêntrica típica da disciplina de Relações Internacionais, é notável observar a relevância interna e externa que atores municipais obtém por meio da paradiplomacia, podendo alcançar soluções para seus problemas por meio de parcerias internacionais.

Vale destacar a relevância do conceito de governança multinível (GMN) nesta análise, que procura observar a interação entre atores em torno de uma causa semelhante e um objetivo conjunto (Muniz 2023). Com base nessa teoria, entende-se que o Estado já não é o único ator a formular políticas, haja vista que partilha as decisões com atores em diferentes níveis. Ao formular o conceito no início dos anos 1990, Gary Marks se tornou um dos pesquisadores a ampliarem o escopo de análise das políticas públicas internacionais, tornando possível o estudo mais detalhado de ações de secretarias municipais, como a Seclima. Ainda assim, o protagonismo das cidades na diminuição dos efeitos da mudança climática ainda é pouco analisado pela literatura tradicional, e as discussões sobre a GMN de mudanças climáticas concentram-se principalmente no contexto europeu, e, em menor grau, em outros países desenvolvidos (Macedo 2017). Portanto, visando a expansão dessa discussão no Sul Global, e levando em consideração a governança multinível, a próxima seção irá focar nos atuais projetos desenvolvidos pela Seclima, analisando seus efeitos e parcerias internacionais.

3.2 Principais estratégias e parcerias

Macedo (2017, 97) elenca algumas ferramentas que têm contribuído para planejar e desenvolver atividades de mitigação, como metodologias e arranjos institucionais. Dentre as mais importantes, são relevantes para a análise: planos de ação climática; instrumentos econômicos e fiscais (como o IPTU Verde, pedágio urbano); normas municipais sobre mudanças climáticas e órgãos de monitoramento/implementação – plataformas *multistakeholder* (conselhos, comitês e outras instâncias consultivas de participação da sociedade civil). Ao entrevistar um dos responsáveis pela Seclima, assim como pela análise das informações disponíveis em seus meios de comunicação oficiais, foi possível constatar que a Secretaria Municipal do Clima de Niterói possui projetos em cada uma das estratégias citadas. Será exposto, respectivamente, quais são estes e seus impactos na cidade.

Primeiramente, de forma geral, os principais acordos firmados entre a Secretaria e os órgãos internacionais de combate aos efeitos da mudança climática já demonstram seu pioneirismo em solo brasileiro. Niterói é signatária de importantes compromissos internacionais para redução de carbono e adequação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, como por exemplo o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia e o "Race to Zero". Além disso, também é associada do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade e do C40 - Rede de Grandes Cidades para Liderança Climática. A cidade é, ademais, um dos poucos municípios brasileiros que já iniciaram a realização do Plano de Ação Climática, que estabelece robustas metas e ações para mitigação e adaptação à Agenda 2030. O Plano é ainda incipiente, tendo

iniciado em agosto de 2023, mas já lançou diretrizes para a redução dos GEE, as quais estão sendo elaboradas por instituições de renome na temática, como a ICLEI América do Sul e a WayCarbon, consultora de sustentabilidade e economia de baixo carbono.

Em segundo lugar, o principal instrumento econômico e fiscal implantado pela Secretaria se manifesta no Programa Social de Neutralização de Carbono Comunitário, o qual envolve oito secretarias do governo, além de concessionárias de energia e de água. O Programa está inicialmente sendo implantado em um único bairro da cidade, a comunidade do Caramujo, e recompensa cidadãos que alcançam metas estabelecidas de redução do consumo de energia e água. Tais indivíduos recebem um cartão contendo um bônus de até 750 reais da Moeda Araribóia Clima, a qual pode ser usada para comprar itens no comércio local a um melhor preço. Com pretensões de expansão do projeto a outras partes da cidade, este ainda passa por processos de avaliação e reestruturação, mas evidencia a vontade política da prefeitura de Niterói em ajudar sua comunidade local a viver de forma mais sustentável.

No âmbito das normas municipais sobre mudanças climáticas, a cidade investe não somente no reconhecimento das empresas que logram diminuir a emissão de GEE por meio do Programa de Certificação em Boas Práticas em Neutralização de Carbono, mas também na conscientização da população. Nesse sentido, já foram realizados cursos e capacitações de professores e alunos da rede municipal de ensino sobre mudanças climáticas. Dessa forma, a educação climática tem impactado positivamente a sociedade niteroiense, a tal ponto que, a população vem discutindo com a prefeitura a possibilidade da criação de um amplo programa que passe a ministrar essas aulas de forma regular.

Por fim, a própria Secretaria cumpre o papel de monitoramento e implementação dos projetos, sendo assim, grande aliado da prefeitura no combate aos efeitos da mudança climática. Ao produzir relatórios anuais das atividades feitas e revisarem seus projetos, a Seclima cria um ambiente propício para o surgimento de estratégias cada vez mais eficazes, aumentando a reputação da cidade a nível nacional e internacional.

4. Conclusão

Este artigo teve como objetivo realizar uma análise da paradiplomacia ambiental, com foco nas questões climáticas, no século XXI. Assim sendo, pôde-se constatar a relevância do papel das cidades para a governança climática global, refletido tanto no papel de destaque dado às localidades na Agenda 2030, como no reconhecimento dos governos locais como *stakeholders* na COP 16. Outrossim, o artigo buscou conferir maior ênfase no papel das cidades no combate às mudanças climáticas, levando em consideração seu protagonismo nas redes e associações internacionais de governos locais pelo clima, tal como o ICLEI e o C40, tratados ao longo deste trabalho como exemplos práticos da agenda climática na paradiplomacia municipal global.

Em suma, se torna evidente o pioneirismo da cidade de Niterói na adoção de estratégias cooperativas com outras prefeituras, e principalmente, com renomados órgãos internacionais como o C40 e a Nações Unidas. Por meio de um Plano de Ação Climática elaborado em parceria com o ICLEI América do Sul e a *WayCarbon*, medidas de redução dos efeitos da mudança climática e da emissão de GEE, a cidade tem aumentado a resiliência dos sistemas socioeconômicos e ecológicos, incluindo a diversificação econômica e gestão sustentável dos recursos naturais (Fórum Clima

Niterói 2023). Dessa forma, a análise da Seclima infere a importância da institucionalização da agenda climática a nível municipal, tal como propagado pelo ICLEI pelo C40, como demonstrado ao longo deste trabalho. Nesse ínterim, cabe ressaltar que a teoria de Governança Multinível (GMN) oferece arcabouço teórico valioso para se compreender a ascensão dos governos subnacionais como relevantes produtores de políticas públicas internacionais, na busca de soluções locais para desafios globais. Nesse sentido, entende-se que a dinâmica dos processos decisórios em sistemas políticos complexos é caracterizada pela ação de múltiplos níveis de governo e atores não estatais em interação para produzir políticas públicas. Dessa forma, o conceito de GMN expande o escopo da análise, que tradicionalmente na disciplina de Relações Internacionais é direcionado ao Estado, e possibilita analisar a atuação dos entes subnacionais na questão climática.

Recebido em: 08/11/2023.
Aprovado em: 14/02/2024.

Referências

Aldecoa, F. e M. Keating. 2013. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments.* Routledge.

Arikan, Yunus et al. 2011. *Carbonn Cities Climate Registry 2011 Annual Report.* Bonn: Bonn Center for Local Climate Action e Reporting.

Bulkeley, H. 2011. Cities and subnational governments. Em *Oxford Handbook of Climate Change and Society.* New York, NY: Oxford University Press.

C40 Cities. 2023. *Why city action is critical in the fight against climate change?* Disponível em: https://www.c40knowledgehub.org/s/article/Why-city-action-is-critical-in-the-fight-against-climate-change?language=en_US, Acessado em: 8 nov. 2023.

Duchacek, I. D. 1990. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. Em *Federalism and international relations: the role of subnational units,* editado por H. J. Michelmann e P. Soldatos. New York: Oxford University Press.

Fórum Clima Niterói. 2023. *Fórum Clima Niterói.* Disponível em: https://www.forumclimaniteroi.com.br/seclima, Acessado em: 7 nov. 2023.

Fuhr, H. e T. Hickmann. 2017. *How Global Climate Governance Initiatives Reconfigure Public Authority in Developing Countries.* Public Administration Review's Speak Your Mind Symposium on Climate Change and Public Administration.

ICLEI. 2023. *Visão estratégica - ICLEI América do Sul.* Disponível em: https://americadosul.iclei.org/visao-estrategica/ (Acessado em: 8 Nov. 2023).

ICLEI, International Council for Local Environmental Initiatives. 2021. *Porque é importante conhecer as emissões de gases de efeito estufa nas cidades?* Disponível em: https://americadosul.iclei.org/porque-e-importante-conhecer-as-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-nas-cidades/ (Acessado em: 8 Nov. 2023).

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2023. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 11.* Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html#coll_11_9 (Acessado em: 8 Nov. 2023).

Keohane, R. O. e J. S. Nye Jr. 1973. Power and interdependence. *Survival* 15 (4): 158–165.

Kincaid, J. 2010. Comparative observations on the international activities of constituent governments. Em *Foreign policy of constituents units at the beginning of 21st century,* 15–28.

Kuznetsov, A. S. 2014. *Theory and practice of paradiplomacy: Subnational governments in international affairs.* Routledge.

Macedo, L. S. V. 2017. Participação de cidades brasileiras na governança multinível das mudanças climáticas.

Muniz, J. R. 2023. A teoria da governança multinível aplicada à contextos de migrações forçadas: Brasil e Portugal como estudos de caso. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374856673_A_teoria_da_governanca_multinivel_aplicada_a_contextos_de_migracoes_forcadas_Brasil_e_Portugal_como_estudos_de_caso (Acessado em: 7 Nov. 2023), *Revista Idéias,* 2–21.

ONU. 2015. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Transformando Nosso Mundo.* Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel (Acessado em: 8 Nov. 2023).

———. 2022. *ONU-Habitat: população mundial será 68% urbana até 2050.* Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-populacao-mundial-sera-68-urbana-ate-2050 (Acessado em: 8 Nov. 2023).

Pattberg, P. e O. Widerberg. 2016. *Rethinking Authority in Global Climate Governance: How Transnational Climate Initiatives Relate to the International Climate Regime.* Londres: Routledge.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2021. *Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Acesso em: 08 de nov. de 2023. Brasília. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/d2b759d4cd785cb56fe02b71ef766fb10d0c1bc8fa58fc61444ac68ab6b7db84.pdf.

———. 2023. *Challenges in reporting progress on the 2030 Agenda at local levels.* Acesso em: 08 de nov. de 2023. Nova Iorque. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-09/undp-challenges-in-reporting-progress-on-the-2030-agenda-at-local-levels.pdf.

Prefeitura de Niterói. 2021. *Com uma das agendas de sustentabilidade mais avançadas do Brasil, Niterói chega à COP26.* Disponível em: https://niteroi.rj.gov.br/com-uma-das-agendas-de-sustentabilidade-mais-avancadas-do-brasil-niteroi-chega-a-cop26/, Acessado em: 8 nov. 2023.

Ribeiro, M. C. M. 2009. *Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras.* Edufba.

Salomón, M. e C. Nunes. 2007. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. *Contexto Internacional* 29:99–147.

UNFCCC, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. 2023. *Cancun Agreements.* Disponível em: https://unfccc.int/process/conferences/pastconferences/cancun-climate-change-conference-november-2010/statements-and-resources/Agreements (Acessado em: 8 Nov. 2023).

Zeppel, H. 2013. The ICLEI Cities for Climate Protection programme: local government networks in urban climate governance. Em *Climate change and global policy regimes: Towards institutional legitimacy,* 217–231. Palgrave Macmillan.